



## As três dimensões do presidencialismo brasileiro

O presidente da República no Brasil exerce, simultaneamente, três papéis: o de líder da Nação, o de Chefe de Estado e o de Chefe de Governo. Os dois primeiros são mais simbólicos. O verdadeiro estadista é aquele que preenche essas três dimensões do cargo e o faz com o espírito republicano.

Os principais atributos de um presidente da República são sua legitimidade e liderança, as duas condições que o habilitam a liderar a Nação, convencendo-a da importância, necessidade e conveniência de suas iniciativas, inclusive daquelas que eventualmente contrariem interesses. Isso é o que se chama de capital político.

Nesse papel, de caráter mais simbólico que prático, o presidente deve ser percebido como exemplo na defesa e no respeito à Constituição, na condução da ordem interna e na promoção da paz social entre os brasileiros, bem como na defesa da soberania nacional e no zelo pela defesa do Estado Democrático de Direito.

Já o papel de Chefe de Estado, cuja principal missão é bem representar o País e o Povo Brasileiro perante governos estrangeiros e organismos internacionais, além de

autoestima e confiança, tem como pressuposto acreditar no Brasil e defender sua inserção soberana no mundo globalizado, inclusive para efeito de disputa de mercados.

Presidentes subservientes e com síndrome de vira-lata são uma tragédia para o reconhecimento e valorização do Brasil, porque se preocupam mais em reconhecer os méritos e importâncias dos outros países do que defender e valorizar o seu.

No exercício dessa função, que na verdade é missão, o presidente também é o comandante em Chefe das Forças Armadas, tanto para a defesa da integridade do território e da soberania nacional, quanto para auxiliar outros países em missões humanitárias.

O papel de Chefe de Governo, entretanto, é o que exige mais tempo do presidente. Nesta função, compete-lhe exercer a direção superior da administração federal, definir as políticas públicas prioritárias, conduzir a organização e o funcionamento do governo, promover a sanção, promulgação e publicação das leis, bem como expedir os decretos e regulamentos, entre outras atribuições relevantes.

O presidente da República, na

dimensão de Chefe de Governo, deve se focar mais na definição de prioridades e na cobrança de resultados do que na condução pessoal dos assuntos, sob pena de excessiva centralização e atraso na tomada de decisão, além de deixar em segundo plano as outras dimensões do presidencialismo, que são indispensáveis à legitimidade da autoridade.

Presidentes que se fecham na gestão, com pouco contato com o povo e os setores organizados, e sem uma agenda internacional robusta, não sobrevivem em ambiente de crise. Podem ser excelentes e até respeitados ou temidos, mas não resistem às adversidades, que são muito comuns nos regimes democráticos.

Nesse diapasão, a presidente Dilma Rousseff, cujo capital político é, em grande medida, derivado, precisa mais do que nunca ficar atenta a este aspecto, dando às dimensões de Líder da Nação e de Chefe de Estado a mesma prioridade que tem dado à de Chefe de Governo, na qual tem sido elogiada por todos, inclusive pela oposição partidária e midiática.

**Antônio Augusto de Queiroz**  
Diretor de Documentação do Diap

### Piso nacional

**Governo sanciona mínimo de R\$ 545. Oposições vão ao STF contra reajuste por decreto em 2012**

Páginas 3 e 4

### Congresso Nacional

**Conheça os novos líderes partidários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal em 2011**

Páginas 5 a 10

### Opinião

**Movimento sindical: o que esperar do governo da Presidente Dilma Rousseff**

Página 3

# CLP: a sala de estar da Câmara dos Deputados

André Santos\*

Como se costuma reproduzir no senso comum e até entre os mais entendidos do assunto, a Câmara dos Deputados é a Casa do Povo. Assim sendo, toda casa tem sua sala de estar onde, de forma acolhedora, recebe seus convidados e lhe oferece atenção e, em um bate-papo caseiro, ouve suas amarguras diárias ou, quando a visita é de rotina, recebe os convidados apenas para compartilhar suas conquistas.

Na Câmara, a sala de estar dos movimentos sociais é a Comissão de Legislação Participativa. É no pavimento superior do anexo II da Casa, na sala 121, que representantes da sociedade civil organizada são recebidos. Essa sala está sempre aberta e por lá à anfitriã é Sônia Hypolito, que organiza o colegiado e coordena uma competente equipe que recebe a todos com o propósito de contribuir na construção de uma sociedade mais justa, fazendo com que os menos representados no parlamento possam ter voz ativa na reivindicação de seus pleitos.

A Comissão, que tem como princípio aproximar a sociedade da confecção ou do aperfeiçoamento das normas jurídicas do País, completa uma década de fundação em 2011. Por lá já passaram vários nomes da política

nacional, seja compondo o colegiado ou dirigindo os trabalhos nesses dez anos de existência da CLP.

Mas, sem dúvida, a referência parlamentar no colegiado é a deputada Luiza Erundina (PSB/SP), a primeira presidente da CLP após a aprovação da Resolução 2, de 30 de maio de 2001, que criou a comissão. A deputada é uma das principais incentivadoras do colegiado e, mesmo depois de deixar a presidência, faz questão de sempre participar da composição e atuar para que a sociedade possa contar com mais essa arena de debates.

Render homenagens às pessoas que lutam para manter o pleno funcionamento do colegiado é uma forma de incentivar ainda mais a atuação dos movimentos sociais, seja de trabalhador - da cidade ou do campo -, estudantil, de mulheres, associações de moradores de bairros entre outros, que compõem a força da sociedade brasileira, que, em sua esmagadora maioria, são carentes de voz nas principais instâncias decisórias do País.

Nesses dez anos, a CLP transformou em projetos mais de duas centenas de sugestões apresentadas e aprovadas no colegiado. Apenas em 2010, 13 viraram projetos de lei e tramitam na Câmara dos Deputados. O colegiado analisou 82 sugestões e aprovou 31

propostas oriundas da sociedade. Neste ano, assim como nos anteriores, além dos debates em torno de sugestões apresentadas ao colegiado, a CLP realizou várias audiências públicas e seminários para debater problemas que são corriqueiros na sociedade brasileira. Por exemplo, a homofobia nas grandes cidades e nas escolas foi tema de seminário na CLP. Saindo da cidade, o colegiado também debateu a violência que aflige os trabalhadores do campo, que são discriminados por alguns setores da sociedade. Para esta legislatura, o principal desafio do colegiado continuará sendo o da retomada da prerrogativa de a CLP apresentar emendas à Lei Orçamentária, o que lhe foi retirado em 2006, por resolução do Congresso Nacional. Outro desafio da Comissão é a implantação e consolidação das CLPs nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.

Garantir a democracia passa pelo fortalecimento da Comissão de Legislação Participativa e também por sua ampliação através de ramificações em todo o Brasil, tornando mais simples e direta a participação da sociedade nas discussões e formulações de políticas públicas que necessitam de constantes reparos. Parabéns pelos dez anos de nossa Comissão de Legislação Participativa!

\*Assessor parlamentar do Diap

## EXPEDIENTE

### Publicação do DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

Endereço: SBS - Edifício Seguradoras  
Salas 301/7 - 70093-900 - Brasília-DF  
www.diap.org.br  
diap@diap.org.br  
Fones: (61) 3225-9704/9744  
Fax: (61) 3225-9150

#### Supervisão

Ulisses Riedel de Resende

#### Edição

Viviane Ponte Sena

#### Redação

Alysson Alves, André dos Santos,  
Antônio Augusto de Queiroz,  
Marcos Verlaine e Viviane Ponte Sena

#### Diagramação

Fernanda Medeiros

Fone: (61) 3321-8200

Ilustração capa: Cerino

Impressão: Stephanie Gráfica e Editora

#### CONSELHO DIRETOR DO DIAP

##### Presidente

Celso Napolitano (SINPRO/SP e FEPESP)

##### Vice-Presidentes

José Augusto da Silva Filho (CNTC)  
Wellington Teixeira Gomes (FITEE)  
Aramis Marques da Cruz (Sindicato Nacional dos  
Moedeiros)  
João Batista da Silveira (SAAE/MG)  
Lúcio Flávio Costa (CNPL)

##### Superintendente

Epaminondas Lino de Jesus (SINDAF/DF)

##### Suplente

Ricardo Nerbas (SINTEC/SP)

##### Secretário

Wanderlino Teixeira de Carvalho (FNE)

##### Suplente

Antônio de Lisboa Amâncio Vale (SINPRO/DF)

##### Tesoureiro:

Izac Antonio de Oliveira (FITEE)

##### Suplente:

Jacy Afonso de Melo (SEEB/DF)

##### Conselho Fiscal

##### Efetivos

Itamar Revoredo Kunert (Sind. Adm. de Santos/SP)  
José Caetano Rodrigues (CNTS)  
Vicente Venuck Pretko (SINTRACARP/PR)

##### Suplentes

Maria Aparecida Sousa (SEEB/DF)  
ClEDO de Oliveira Vieira (SINDJUS/DF)  
Clóvis Matoso Vilela Lima (FEBRAD)

# Congresso aprova mínimo de R\$ 545 e política de atualização até 2015

Marcos Verlaine\*

Com folgada maioria, o governo aprovou na Câmara (16 de fevereiro) e Senado (23), o projeto de lei que reajusta o salário mínimo para R\$ 545 e determina ainda política de valorização e atualização do piso nacional até 2015. A proposição foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff no dia 28 de fevereiro (Lei 12.382) para vigorar a partir do dia 1º de março, sem retroatividade.

Pela regra de reajuste, o piso nacional em 2012 terá a reposição do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) mais a variação do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos atrás (2010). Neste caso, cerca de 14%.

O projeto determina ainda, em seu artigo 2º, aumento real no período de 2012 a 2015 e, no artigo 4º, diz que até 31 de dezembro de 2015 o Executivo enviará ao Congresso projeto de lei para a política de valorização do piso nacional para o período compreendido entre 2016 e 2019.

## EMENDAS AO TEXTO

Na Câmara, o projeto foi aprovado simbolicamente e três destaques foram votados nominalmente:

1) o plenário rejeitou, por 376 votos a 106 e 7 abstenções, a emenda do deputado Vanderlei Macris (PSDB-SP), que propunha o valor de R\$ 600 para o piso nacional;

2) na segunda votação, a base

aliada rejeitou, por 361 votos contrários, 120 favoráveis e 11 abstenções, o destaque do DEM, que pedia a aprovação do valor de R\$ 560 para o mínimo; e

3) na terceira votação nominal, o plenário rejeitou, por 350 votos a 117 e 2 abstenções, o destaque do PPS, que pretendia retirar do texto a permissão dada ao Executivo para baixar por decreto os valores dos salários mínimos nos anos de 2012 a 2015.

**A nova lei determina, em seu artigo 2º, aumento real no período de 2012 a 2015 e, no artigo 4º, diz que até 31 de dezembro de 2015 o Executivo enviará ao Congresso projeto de lei para a política de valorização do piso nacional para o período compreendido entre 2016 e 2019**

No Senado houve também três votações de mérito para alterar o valor proposto pelo governo.

O primeiro destaque, do PSDB, fixava o mínimo em R\$ 600. Foi rejeitado com 55 votos contrários, 17 favoráveis e 5 abstenções; o segundo, do DEM, tentava fixar o mínimo em R\$ 560 e foi rejeitado com 54 votos contrários, 19 favoráveis e 4 abstenções; e o terceiro, do senador Itamar Franco (PPS-MG), pretendia suprimir do projeto dispositivo que autoriza o Executivo definir o piso nacional até 2015 por meio de decreto. Foi rejeitado com 54 votos contrários, 20 favoráveis e 3 abstenções.

## DOIS ASPECTOS MERECEM DESTAQUE

No debate produzido no Congresso acerca do tema, que foi o primeiro “teste de fogo” da presidente Dilma, merece destaque a coesão da base de apoio do governo na matéria.

Em ambas as casas legislativas – Câmara e Senado – a matéria recebeu mais que o dobro de votos necessários para sua aprovação. Isto configura a expectativa anterior à eleição da força real do governo no Congresso.

O segundo aspecto, este negativo para as oposições, foi o fato de o debate ter ficado “no acessório, centrado no valor de 2011 e na sua publicização por decreto, os dois aspectos com maior viés político”, chamou atenção em artigo o diretor de Documentação do Diap, Antônio Augusto de Queiroz. “A essência do texto era a política de recuperação do poder de compra do piso brasileiro, que foi ignorado pelas oposições nas discussões no Congresso”.

Desse modo, “na gana por expor o governo em relação ao valor e a forma de divulgação do mínimo, as oposições deixaram de conferir a essência do texto, que excluiu do mundo jurídico, mediante revogação da Lei 12.255/10, o compromisso de aumento real do mínimo no período de 2020 a 2023”. Isto, na opinião de Queiroz, era a essência do debate, que passou ao largo no processo de votação.

## POSIÇÃO DAS CENTRAIS

As centrais, desde o início do debate, em janeiro, depois da edição

da medida provisória (dezembro) que elevou o mínimo para R\$ 540, queriam R\$ 580, que correspondia à reposição inflacionária, com ganho real.

No transcorrer dos debates, a CUT continuou defendendo R\$ 580 e as demais flexibilizaram para R\$ 560, sendo que a diferença entre o valor proposto pelo governo e o defendido pelas centrais (R\$ 15) – Força Sindical, UGT, CTB, Nova Central e CGTB – seria antecipação do ganho real que o mínimo terá em 2012.

Nos encontros que antecederam a votação da matéria no Congresso, o governo foi se distanciando das centrais, quando se mostrou inflexível no valor proposto, que culminou no envio do projeto de lei aprovado em duas semanas no Legislativo.

### ADIN DAS OPOSIÇÕES

Oposições no Congresso – PSDB, DEM, PPS e PV – articulam a possibilidade de propor Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o dispositivo que permite à

presidente Dilma Rousseff a fixação do salário mínimo de 2012 a 2015 por decreto, sem submeter o valor ao Congresso Nacional.

O artigo 3º da Lei 12.328/11 determina que os “reajustes e aumentos fixados na forma do artigo 2º serão estabelecidos pelo Poder Executivo, por meio de decreto”.

O argumento da oposição é que o dispositivo fere o artigo 7º da Constituição, que define como um dos direitos dos trabalhadores o salário mínimo “fixado em lei” - ou seja, com proposta submetida à discussão na Câmara e no Senado. Para a oposição, permitir a fixação do mínimo por decreto é abrir mão de prerrogativa do Legislativo.

Um dos maiores críticos do dispositivo no Senado, Itamar Franco (PPS-MG) afirmou que esse é o “primeiro ato institucional deste governo”. Demóstenes Torres (DEM-GO) não vê possibilidade de os ministros do STF não acatarem a ação da oposição. “Estão fazendo o Congresso se agachar”, disse.

O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), criticou a iniciativa da oposição. Considera que as questões políticas devem ser resolvidas no Parlamento. “Chamar-mos o Supremo como uma terceira via é uma coisa que deforma o regime democrático”, disse.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou que as oposições estão cometendo “um erro político” porque, ao questionarem a política de reajuste para os próximos anos, estão, na verdade, se colocando contra o ganho real do salário mínimo nesse período.

Em defesa da proposta, os governistas argumentam que o Executivo não terá poder de fixar um valor para o mínimo, e sim apenas de seguir a fórmula prevista no projeto aprovado pelo Congresso (inflação mais PIB de dois anos antes).

“Acho que a oposição está procurando chifre em cabeça de cavalo. A oposição ficou sem discurso”, disse Jucá.

*\*Assessor do Diap*

## Oposição protocoliza ação no STF contra fixação do mínimo por decreto

A oposição (PSDB, DEM, PPS e PV) protocolizou, em 1º de março, ação direta de inconstitucionalidade (Adin 4568) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra artigo da Lei 12.382/11 que determina que o valor do salário mínimo seja estabelecido anualmente por decreto do Executivo até 2015.

Pela norma, o valor do mínimo deixará de ser fixado por lei e passará a seguir uma fórmula única: inflação do ano anterior somada à

variação do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes.

Para o líder do PSDB, deputado Duarte Nogueira (SP), contudo, o reajuste por decreto “permite que questões subjetivas influenciem o valor do salário mínimo, fazendo com que o governo impeça um aumento real, como fez neste ano”.

Segundo ele, a Adin busca “preservar a Constituição para que a sociedade possa discutir periodicamente o reajuste do mínimo”.

O líder do governo, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), já declarou que não considera o texto inconstitucional, pois os decretos do Executivo se limitarão a aplicar uma fórmula aprovada pelo Congresso.

Caso o STF decida em favor da ação do PPS, PSDB, DEM e PV, somente o dispositivo da lei que determina a fixação do mínimo por decreto será suspenso. O reajuste para R\$ 545 será mantido.



# Congresso Nacional: novos líderes e representantes de partidos em 2011

A sessão legislativa de 2011 tem 27 líderes ou representantes partidários em atuação na Câmara neste início da 54ª Legislatura.

Além dos líderes ou representantes das 22 legendas com representação na Casa, foram formados três blocos parlamentares. Completam a lista os titulares das lideranças do Governo e da Minoria.

Os blocos parlamentares ficaram assim constituídos: Bloco PSB, PTB, PCdoB; Bloco PR, PRB, PTdoB, PRTB, PRP, PHS, PTC, PSL; e Bloco PV, PPS.

A figura do líder partidário exerce função decisiva no Parlamento. É um dos principais cargos no arranjo institucional da Câmara dos Deputados e do Senado Federal ao lado da Mesa Diretora.

Os líderes partidários, que constituem o colégio de líderes, têm a competência para dar celeridade ao processo decisório no Congresso Nacional mediante consenso.

## REPRESENTAÇÃO

Para indicar um líder, o partido

deve ter no mínimo cinco deputados, o que equivale a um centésimo da composição da Câmara. No Senado não há restrição, podendo um parlamentar se candidatar à liderança, ainda que seja o único representante da legenda na Casa.

No caso da Câmara, há sete partidos com bancadas inferiores a cinco parlamentares: PSol, PTdoB, PHS, PTRB, PRP, PTC e PSL. Essas legendas, entretanto, têm direito a nomear representantes para expressar posições partidárias em votações e fazer o uso da palavra no tempo destinado às comunicações de lideranças.

## MAIORIA E MINORIA

Além dos líderes de bancadas, existe a previsão regimental para nomeação de uma liderança de Governo, da Maioria e da Minoria (Oposição).

No primeiro caso, a indicação é pessoal do Presidente da República. No segundo, há rodízio entre os partidos da coalizão majoritária, em geral cabendo a indicação ao maior partido. No terceiro e último caso

– minoria – a escolha também se dá por rodízio entre os partidos de oposição.

O líder do Governo tem como prerrogativas: usar da palavra, participar das deliberações de qualquer comissão, sem direito a voto, encaminhar a votação ou requerer a sua verificação, além de orientar a bancada sobre as deliberações em plenário.

## SENADO FEDERAL

No Senado, 16 líderes partidários protagonizam a condução do processo legislativo em 2011. Neste grupo, há cinco legendas compostas de apenas um representante cada: Marcelo Crivella (PRB/RJ), Eduardo Amorim (PSC/SE), Sérgio Petecão (PMN/AC), Itamar Franco (PPS/MG) e Paulo Davim (PV/RN).

Atuam também na Casa o líder do Bloco de Apoio ao Governo, senador Humberto Costa (PE), que acumula o cargo de líder da bancada do PT, e o líder do Governo, senador Romero Jucá (PMDB/RR).

Conheça o perfil dos líderes partidários de 2011.

## CÂMARA

### PT - PAULO TEIXEIRA (SP)



Deputado, 2º mandato, advogado. Político experiente, foi três vezes vereador em São Paulo, secretário de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo, diretor-presidente da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo e administrador regional da Prefeitura de São Miguel Paulista.

Antes de assumir a liderança, já havia exercido o cargo de vice-líder do PT na Câmara. Parlamentar com excelente formação acadêmica, tem mestrado em Direito Constitucional. No mandato de deputado federal, tem se dedicado a discutir, entre outras temas, mudanças nas políticas de combate às drogas e a ampliação dos programas de combate à Aids. O reconhecimento desse trabalho é do Grupo de Apoio à Prevenção à Aids (GAPA), que premiou 100 ativistas, gestores e personalidades que ajudaram o Grupo e contribuíram no combate à epidemia no País.



### PMDB - HENRIQUE EDUARDO ALVES (RN)

Deputado, 11º mandato, advogado e empresário. Membro de família tradicional na política do Rio Grande do Norte, tem participação acionária na rádio Cabugi, na

Inter-TV (Globo) e na rádio difusora de Mossoró, integrando a bancada da comunicação na Casa. Relatou, por exemplo, a Emenda Constitucional 36, que dispõe sobre a participação do capital estrangeiro nos veículos de comunicação. Foi presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, quando recebeu elogios pelo modo democrático como conduziu esse órgão técnico da Câmara, dando-lhe grande dinâmica com a promoção de vários debates sobre a reforma sindical. Também já presidiu a Comissão de Constituição e Justiça. Na Câmara desde 1971, é o deputado com maior número de mandatos.

### PSDB - DUARTE NOGUEIRA (SP)



Deputado, 2º mandato, engenheiro agrônomo e produtor rural. Ao longo de sua trajetória política, iniciada em 1994, foi deputado estadual por três mandatos consecutivos, secretário de Habitação do Estado e secretário de Agricultura e Abastecimento. Na Câmara, tem se destacado como articulador e negociador. É relator da Subcomissão Permanente de Acompanhamento das obras do Programa de Aceleração do Crescimento e também integra a subcomissão permanente de Radiodifusão. Antes de assumir a liderança do PSDB, já havia atuado como primeiro vice-líder do partido. No comando da

maior legenda de oposição na Câmara, Nogueira pretende fiscalizar com rigor o governo de Dilma Rousseff, prometendo uma postura firme, consistente e responsável.

#### PP - NELSON MEURER (PR)



Deputado, 5º mandato, agropecuarista. Iniciou sua trajetória política como prefeito de Francisco Beltrão pelo PDS (1989-1993), cidade onde presidiu o Sindicato Rural Patronal e a Cooperativa de Eletrificação Rural. Na Câmara, já integrou diversas comissões permanentes e também o Conselho de Ética.

Foi vice-líder do PP e relator setorial do Orçamento da União 2010, para os Ministérios do Trabalho, Desenvolvimento Social e Previdência Social. Membro da bancada ruralista, é uma das referências do setor no Parlamento.

#### DEM - ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (BA)



Deputado, 3º mandato, advogado e empresário. Neto e herdeiro político do ex-senador Antonio Carlos Magalhães, foi campeão de votos no estado nas três eleições que disputou para a Câmara. Parlamentar articulado, de boa oratória e forte convicção liberal, iniciou a militância política na presidência da Força Jovem do PFL, atual Democratas, chegando à vice-presidência

nacional do partido. É vice-presidente nacional do Democratas para assuntos de ciência e tecnologia. Surpreendeu, já no 1º mandato, pela qualidade de suas intervenções, especialmente durante os debates das reformas Previdenciária e Tributária. Com luz própria e bom trânsito entre seus pares, já foi 2º vice-presidente da Câmara dos Deputados e membro do Conselho de Ética.

#### PR - LINCOLN PORTELA (MG)



Deputado, 4º mandato, radialista, apresentador de televisão e conferencista. Antes de assumir o mandato de deputado federal, foi secretário municipal adjunto de Esportes de Belo Horizonte. Articulado, já no primeiro mandato, foi líder e vice-líder partidário. É autor do PL 7.463/2010, que dispõe sobre

a classificação indicativa de vídeos musicais exibidos em emissoras de televisão. Até chegar à liderança, foi vice-líder e líder interino do PR com a renúncia do então líder Sandro Mabel (GO). Ministro Batista, é integrante da bancada evangélica. Assíduo na tribuna do plenário da Câmara, é bem quisto entre os colegas deputados e também entre os servidores da Casa.

#### PSB - ANA ARRAES (PE)



Deputada, 2º mandato, advogada. Filha do ex-governador Miguel Arraes e mãe do governador do Pernambuco, Eduardo Campos, ao longo de sua vida, Ana Arraes participou, ao lado do pai, de diversas lutas políticas. A parlamentar entrou na vida pública com a terceira maior votação do

Estado, contabilizando mais de 178 mil votos em 2006. Foi reeleita em 2010 com a maior votação do estado, registrando o apoio de 387.581 eleitores. Na Câmara, já presidiu a Comissão de Defesa do Consumidor e integrou a comissão especial da Reforma Tributária. Com um mandato voltado para a concretização da justiça social, é também protagonista na defesa dos direitos das mulheres. Na liderança do partido, pretende priorizar os projetos de reforma tributária e política.

#### PDT - GIOVANNI QUEIROZ (PA)



Deputado, 5º mandato, médico e agropecuarista. Iniciou na vida política como prefeito de Conceição do Araguaia/PA, integrando os quadros da Arena. Antes de ingressar no Parlamento Federal, exerceu um mandato de deputado estadual, já filiado ao PDT. Foi também coordenador da Funasa em Belém. Membro

da bancada ruralista, é fundador e primeiro-presidente do Sindicato Rural de Rendenção/PA. Na Câmara, já ocupou os cargos de primeiro e segundo suplente de secretário da mesa diretora. Assume a liderança do partido depois de sucessivas passagens pela vice-liderança.

#### PTB - JOVAIR ARANTES (GO)



Deputado, 5º mandato, cirurgião-dentista e produtor rural. Foi vereador, secretário de Saúde municipal, vice-prefeito de Goiânia, presidente da Companhia de Urbanização do Goiás, presidente da Indústria Química de Medicamentos do Estado de Goiás, além de deputado estadual. Na Câmara, já presidiu

a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. É autor, entre outras matérias, da Proposta de Emenda Constitucional que permite ascensão funcional no serviço público e do projeto de lei que anistia os servidores públicos em razão de greve. Em 2010, foi o coordenador da bancada de Goiás na Comissão Mista de Orçamento. Parlamentar articulado, seus pares o reconduziram à liderança do PTB na Casa.

#### PSC - RATINHO JÚNIOR (PR)



Deputado, 2º mandato, empresário. A trajetória política de Ratinho Júnior teve início em 2002, quando, aos 21 anos, ele foi o deputado estadual mais votado da história do Paraná. Em 2006, Ratinho obteve a segunda maior votação para a Câmara Federal, com 205 mil votos. Campeão de votos no estado em 2010

com 358.924 votos, o deputado retorna à Casa como líder do PSC, partido que preside no Paraná. No primeiro mandato de deputado federal, foi vice-presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. Antes mesmo da confirmação na liderança, Ratinho já havia declarado como prioridades a votação das reformas política e tributária e a aprovação de projetos como o que isenta de IPI a aquisição de veículos de transporte escolar por motoristas autônomos.

#### PCdoB - OSMAR JÚNIOR (PI)



Deputado, 2º mandato, servidor público e professor. Com origens no movimento estudantil e um histórico de lutas, Osmar Júnior ingressou na política como vereador de Teresina. Foi também vice-governador nas gestões de Mão Santa e de Wellington Dias, secretário municipal de Transportes em Teresina e presidente da Fundação

Estadual de Cultura e Esportes do Piauí, entre outros cargos em secretarias estaduais e municipais. Como líder do partido, pretende defender a manutenção e aprofundamento do modelo de distribuição de renda implantado no Governo Lula.

#### PV - SARNEY FILHO (MA)



Deputado, 8º mandato, advogado e empresário. De família tradicional no Maranhão, é filho do presidente do Senado e ex-presidente da República, José Sarney (PMDB), e irmão da governadora do Maranhão, Roseana Sarney (PMDB). No Estado,

exerceu o cargo de secretário para Assuntos Políticos. No Executivo, assumiu o Ministério do Meio Ambiente durante a gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Parlamentar experiente, já presidiu a Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias. É presidente da Frente Parlamentar Ambientalista para o Desenvolvimento Sustentável e foi um dos coordenadores do referendo sobre o desarmamento no País.

#### PRB - VITOR PAULO (RJ)



Deputado, 1º mandato, jornalista e radialista. Ligado ao senador Marcelo Crivella, é presidente nacional do PRB e bispo da Igreja Universal do Reino de Deus. É o coordenador político da Universal e integrante do Conselho de Bispos desde a destituição do ex-deputado federal e ex-bispo Carlos Rodrigues, por envolvimento com o caso Waldomiro Diniz, em 2004. Iniciou a vida política em Brasília, exercendo o cargo de deputado distrital. Também foi titular da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal. Ex-diretor superintendente da Rede Record de Televisão, presidiu a Associação Brasileira de Radiodifusão, Tecnologia e Telecomunicações – Abratel.

#### PPS - RUBENS BUENO (PR)



Deputado, 3º mandato, professor. O parlamentar chega à Casa com a experiência de quem já exerceu outros dois mandatos federais: 49ª Legislatura (1991-1995) e 51ª Legislatura (1999-2003). Na trajetória política, acumula dois mandatos de deputado estadual; o cargo de secretário de Justiça, Trabalho e Ação Social do Estado do Paraná; e prefeito de Campo Mourão/PR. Também foi presidente da Fundação de Ação Social e diretor administrativo da Itaipu Binacional. Defensor da implantação do parlamentarismo no País, entre as prioridades na condução dos trabalhos como líder, Bueno destaca a reforma política, investimentos em ciência e tecnologia e redução da carga tributária. Outra área que merecerá atenção de Bueno é a Previdência Social.

#### PMN - FÁBIO FARIA (RN)



Deputado, 2º mandato, administrador de empresas. Um dos deputados federais mais jovens da Câmara, na eleição para o 1º mandato, em 2006, foi o campeão de votos no estado. Não repetiu o desempenho em 2010, mas conseguiu se reeleger. Retorna à Casa como líder do PMN e coordenador da bancada federal do Rio Grande do Norte, cargo que exerce desde 2008. No Parlamento, as principais bandeiras de atuação estão relacionadas às áreas de turismo e esporte. O deputado também preside a Frente Parlamentar Mista de Combate ao Crack.

#### PTdoB - LOURIVAL MENDES



Deputado, 1º mandato, delegado de Polícia. Chega à Câmara Federal com a experiência de dois mandatos de vereador de São Luís e um mandato de deputado estadual. Também teve militância associativa ao presidir a Associação dos Delegados de Política Civil do Maranhão. Entre as atividades parlamentares, destaque para a presidência da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara Municipal de São Luís e para o

exercício do cargo de primeiro secretário da mesa na mesma casa legislativa. Uma das bandeiras que o deputado já começa a defender na Câmara Federal é a criação do Ministério da Segurança Pública.

#### PSol - IVAN VALENTE (SP)



Deputado, 5º mandato, engenheiro mecânico e professor. Defensor do ensino público e gratuito, é especialista em matéria educacional. Um dos fundadores do PT, migrou para o Psol por discordar do modelo econômico e da condução das políticas sociais do Governo Lula. Político de visão abrangente, tem se dedicado ao debate de temas nacionais e internacionais, notadamente os que cuidam da consolidação do Bloco do Mercosul. É também um grande defensor da ética na política e da punição dos parlamentares envolvidos com desvio de conduta. A atuação partidária, no parlamento e na sociedade, tem sido marcada pela coerência e compromisso com os interesses dos trabalhadores, das maiorias nacionais e com a luta pela democracia e o socialismo. É presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Voto Aberto. Além de liderar o Psol na Câmara, é membro da executiva nacional do partido.

#### PHS - FELIPE BORNIER (RJ)



Deputado, 2º mandato, empresário. Filho do ex-deputado federal e ex-prefeito de Nova Iguaçu Nelson Bornier, Felipe tem base eleitoral em municípios da baixada fluminense. Na atuação parlamentar, prioriza as demandas da região e está sempre focado na aprovação de projetos que garantam recursos para as Olimpíadas e para a Copa do Mundo e também as proposições que incentivam a prática de esporte em comunidades e escolas. O debate sobre ética na Câmara, com vistas a resgatar a credibilidade da Casa, e as questões relativas a direito do consumidor são outros temas prioritários para o deputado.

#### PRTB - AUREO (RJ)



Deputado, 1º mandato, empresário. Parlamentar mais novo da bancada federal do Rio de Janeiro, Aureo é oriundo de Duque de Caxias, cuja prefeitura está entre as suas pretensões políticas. Em sua estréia na Câmara, deverá atuar em favor do interior fluminense, através de parcerias com as prefeituras. Membro da Igreja Metodista, tendo participado ativamente da direção de toda rede social deste grupo religioso no estado, o parlamentar integra a bancada evangélica na Casa. Entre as prioridades do deputado estão os temas ligados à educação e treinamento profissionalizante para inserir o jovem no mercado de trabalho.

#### PRP - JÂNIO NATAL - BA



Deputado, 1º mandato, administrador. Estreante na Câmara Federal, mas experiente na política, o parlamentar já foi vereador de Salvador, deputado estadual, prefeito de Belmonte/BA e prefeito de Porto Seguro/BA. Antes de ingressar no PRP, a trajetória na vida pública ocorreu sob a tutela de outros quatro partidos (PL/PP/PPB/PDT). Tanto na Câmara Municipal quanto na Assembléia Legislativa, exerceu cargos nas mesas diretoras. Na Assembléia, presidiu a Comissão de Minas, Energia, Ciência e Tecnologia. Integra a bancada de empresários na Casa.



**PTC - EDIVALDO HOLANDA JUNIOR (MA)**

Deputado, 1º mandato, bacharel em Direito e empresário. É filho de Edivaldo Holanda, político experiente no Maranhão, que exerceu os cargos de vereador, deputado estadual e deputado federal constituinte. Junior chega ao Parlamento Federal com a experiência de dois mandatos como vereador de São Luís. Na Câmara Municipal, foi presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Com apenas 32 anos, surpreendeu a classe política maranhense porque conquistou a maior votação em São Luís, mais de 72 mil votos, e ficou entre os dez mais votados da bancada federal do estado. Membro da Igreja Batista, integra a bancada evangélica na Casa.

**PSL - DR. GRILO (MG)**

Deputado, 1º mandato, advogado. Com militância na advocacia laboral, o representante do PSL será mais uma voz na Câmara em defesa da redução da jornada de trabalho e também dos projetos que assegurem a valorização do trabalhador. O mandato também deverá ser voltado para o atendimento de demandas na área de assistência social. Engrossa as fileiras da bancada evangélica na Casa porque é membro da Igreja Internacional da Graça.

**LÍDER DO GOVERNO  
CÂNDIDO VACCAREZZA (PT-SP)**

Deputado, 2º mandato, médico. Antes de chegar ao Parlamento, foi um deputado estadual muito atuante, que presidiu a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão

Especial de Consolidação das Leis do Estado de São Paulo. É de sua autoria a criação do Sistema de Sangue do Estado de São Paulo e o Código do Idoso do Estado. Na Câmara Federal, já exerceu o cargo de líder do PT e líder do Governo Lula. Coordenou o Grupo de Trabalho para Consolidação das Leis e é autor do PL 1.987/07, que consolida as leis do trabalho. Articulador, foi presidente da Comissão Especial que analisou a PEC 511/06, instituindo novas regras de edição e tramitação de medidas provisórias.

**LÍDER DA MINORIA  
PAULO ABI-ACKEL (PSDB-MG)**

Deputado, 2º mandato, advogado. É filho do ex-ministro da Justiça e ex-deputado federal, Ibrahim Abi-Ackel. Estreou na Câmara com vasta experiência na área jurídica, já tendo exercido o cargo de juiz eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. Foi 2º vice-presidente da CPI que investigou escutas telefônicas clandestinas ou ilegais. É o 2º vice-presidente da Comissão Especial da PEC 130/07, que revoga dispositivos que garantem a prerrogativa de foro privilegiado. É autor, entre outras proposições, do PL 3.628/2008, que altera o Estatuto da Advocacia da OAB para permitir a inscrição como estagiário do estudante de Direito, a partir do 5º período do curso jurídico; e do PL 6.178/2009, que permite intimações por meio eletrônico dos atos processuais, tanto para o endereço eletrônico do advogado como para o e-mail da sociedade de advogados a qual pertença. Presidente do PSDB mineiro, era um dos principais interlocutores durante a gestão de Aécio Neves no Governo de Minas Gerais. Antes de assumir a liderança, já havia atuado como vice-líder da Minoria.

**SENADO****PMDB - RENAN CALHEIROS (AL)**

Senador, 3º mandato, advogado e produtor rural. Experiente, iniciou sua trajetória política no movimento estudantil. Foi deputado estadual e federal. Na Assembléia Nacional Constituinte foi autor da proposta que tornou facultativo o voto aos 16 anos. Parlamentar articulado, com forte trânsito e de boa formação, ocupou a 2ª Secretaria da Mesa em 1995, quando coordenou um grupo de trabalho que iniciou o processo de modernização do Senado. Em 2005, alcançou o ápice da carreira parlamentar ao ser eleito presidente do Senado e, conseqüentemente, do Congresso Nacional. Foi reeleito para o cargo em 2007, mas renunciou ao posto em razão do processo apresentado pelo PSol no Conselho de Ética. Ministro da Justiça no Governo Fernando Henrique, foi considerado um dos mais populares, com atuação nas áreas de defesa do consumidor e da cidadania. Relatou, em 2002, a medida provisória que regulamentou o pagamento de benefícios a anistiados políticos. Trabalhou pela aprovação do Estatuto do Desarmamento e foi autor do projeto de resolução que convocou, em 2005, o referendo sobre a proibição de comercialização de armas de fogo no Brasil. É relator no Senado do PLC 7/10, que cria o chamado Fundo Social e dispõe sobre sua estrutura e fontes

de recursos. Com mandato renovado em 2010, também confirmou sua recondução à Liderança do partido na Casa no início da 54ª Legislatura.

**PT - HUMBERTO COSTA (PE)**

Senador, 1º mandato, médico e jornalista. Pós-graduado em Medicina Geral Comunitária, Clínica Médica e Psiquiatria, foi presidente da Associação Pernambucana de Médicos Residentes, e primeiro-secretário do Sindicato dos Médicos de Pernambuco. Fundador do PT no Estado, é o atual vice-presidente nacional do partido. Foi deputado estadual e deputado federal. Em sua atuação na Câmara Federal, era reconhecido como um parlamentar de fácil trato, com excelentes relacionamentos no Congresso, que liderava a oposição ao Governo FHC. Depois de sua passagem pela Câmara, exerceu o cargo de vereador de Recife, secretário municipal de Saúde. Com Lula na Presidência da República, Costa foi empossado ministro da Saúde, quando implantou a Farmácia Popular, o SAMU e o Brasil Sorridente em todo o Brasil. De volta ao estado, assumiu a Secretaria das Cidades de Pernambuco no primeiro Governo de Eduardo Campos. No retorno ao Legislativo federal, assume o desafio de liderar o PT e o Bloco de Apoio ao Governo Dilma Rousseff no Senado.



**PSDB - ALVARO DIAS (PR)**

Senador, 3º mandato, professor. Político experiente, foi presidente da Telepar, deputado estadual, deputado federal e governador do Paraná. Vice-presidente nacional do PSDB, foi um dos vice-líderes do Bloco da Minoria mais ativos do Senado. Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Terra, enfrentou o MST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, investigando as cooperativas do movimento. Foi também presidente da CPI do Futebol, quando liderou importante investigação no setor, contribuindo para a moralização do esporte brasileiro. Parlamentar assíduo aos trabalhos de plenário, foi um crítico contundente da gestão do presidente Lula. Irmão do senador Osmar Dias, Alvaro Dias iniciou sua carreira política no MDB, depois transformado em PMDB, passou pelo PDT até filiar-se ao PSDB. O senador já estava no exercício da liderança do partido desde dezembro de 2010 em substituição a Arthur Virgílio, que exerceu o cargo por oito anos.

**PTB - GIM ARGELLO (DF)**

Senador, 1º mandato, advogado e empresário. Político experiente, foi duas vezes deputado distrital, tendo ocupado a vice-presidência e a presidência da Câmara Legislativa do Distrito Federal (2001/2002). Secretário de Trabalho na gestão do governador Joaquim Roriz (1997), de quem foi 1º suplente no Senado. Foi efetivado no mandato em 2007, após a renúncia do titular. É presidente do diretório estadual do PTB do Distrito Federal. Estreou no Congresso com desenvoltura de veterano, tendo sido em 2008 o 3º vice-presidente da Comissão Mista de Orçamento, Fiscalização e Controle e relator setorial da área de Trabalho e Previdência Social do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2009. Também foi Procurador Parlamentar, membro da CPI dos Cartões Corporativos e vice-presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Parlamentar articulado, permanece na liderança do PTB com o início da 54ª Legislatura.

**DEM - JOSÉ AGRIPINO (RN)**

Senador, 4º mandato, engenheiro civil e empresário. Político experiente e de família tradicional no Estado, é uma das maiores lideranças do Rio Grande do Norte. Prefeito de Natal (1979-82) e duas vezes governador do Estado (1983-86 e 1991-94), ganhou projeção nacional no Senado como presidente da Comissão de Constituição e Justiça e como líder partidário. É um dos fundadores do PFL, atual DEM. Parlamentar articulado, com o início da 54ª Legislatura, permanece à frente da liderança da legenda no Senado. Foi um dos principais críticos do Governo Lula no Congresso e deverá manter postura de fiscalização permanente às ações da Presidente Dilma Rousseff.

**PP - FRANCISCO DORNELLES (RJ)**

Senador, 1º mandato, servidor público, doutor em Direito Financeiro pela UFRJ e professor universitário. Político experiente, já exerceu cinco mandatos de deputado federal e diversos cargos públicos: procurador-geral da Fazenda Nacional, secretário da Receita

Federal e ministro da Fazenda do Governo José Sarney, da Indústria e Comércio, e do Trabalho e Emprego nos Governos de Fernando Henrique Cardoso, de quem foi aliado incondicional. Parlamentar de grande prestígio no Congresso, foi presidente da Comissão de Sistema Tributário na Constituinte. Especialista em finanças e tributação, exerceu por três vezes a presidência da Comissão de Finanças da Câmara. Foi relator da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária no Senado Federal. Defensor da livre iniciativa, é um dos principais interlocutores do empresariado no Poder Legislativo. Também defende o orçamento impositivo. Presidente nacional do PP, permanece na liderança do partido no Senado com o início da 54ª Legislatura.

**PR - MAGNO MALTA (ES)**

Senador, 2º mandato, músico e pastor da Igreja Batista. Parlamentar articulado, elegeu-se senador após ter sido vereador em Cachoeiro do Itapemirim, deputado estadual e deputado federal. Tem priorizado no Parlamento o combate ao crime organizado, ao uso de drogas, à união civil entre pessoas do mesmo sexo e à exploração sexual de crianças e adolescentes. Na Câmara dos Deputados, presidiu a CPI que investigou o narcotráfico no Brasil. No Senado Federal, presidiu a CPI da Pedofilia e de combate à prostituição infanto-juvenil em todo o País. É o parlamentar responsável por manter na agenda do Parlamento e da sociedade o combate à pedofilia, tema delicado e sobre o qual, geralmente, os deputados e senadores evitam o enfrentamento.

**PDT - ACIR GURGACZ (RO)**

Senador, 1º mandato, empresário nas áreas de transporte, comunicação e mineração. Ingressou na vida pública como prefeito de Ji-Paraná/RO. Presidente do PDT em Rondônia, o senador inicia a 54ª Legislatura com o desafio de liderar a bancada na Casa. No mandato parlamentar, Acir teve atuação destacada como membro da Comissão de Infraestrutura e sub-relator da Comissão Especial da reformulação do Código de Processo Civil. O senador é autor de projeto que propõe a isenção de IPI para a produção a base de matérias primas regionais; de projeto que estabelece flexibilidade na reserva ambiental legal; e também de PEC (Proposta de Emenda Constitucional) que define patamar mínimo do PIB para investimentos em infra-estrutura.

**PSB - ANTÔNIO CARLOS VALADARES (SE)**

Senador, 3º mandato, advogado e empresário. Político experiente, foi prefeito de Simão Dias (SE), deputado estadual por duas legislaturas, deputado federal, secretário estadual de Educação e Cultura, além de vice-governador e governador de Sergipe. Parlamentar atuante e de perfil progressista, combina o interesse regional com temas de amplitude nacional. Articulado e com bom trânsito no Parlamento, já foi vice-líder do Governo no Senado e exerceu a 2ª suplência da Mesa Diretora da Casa. Com o início da 54ª Legislatura, foi reconduzido à liderança do PSB no Senado.

**PCdoB – INÁCIO ARRUDA (CE)**

Senador, 1º mandato, servidor público. Identificado com as lutas populares, sempre atuou como coordenador no Estado de movimentos cívicos como nas Diretas Já, no impeachment de Collor, além de liderar o movimento de moradores de bairros e favelas de Fortaleza. Antes de chegar ao Senado, foi vereador em Fortaleza, deputado estadual no Ceará e três vezes deputado federal. Autor da Proposta de Emenda Constitucional que fixa a jornada em 40 horas semanais, defensor dos assalariados, também prioriza em seu mandato as questões urbanas, como habitação popular e saneamento. Na Câmara dos Deputados, presidiu a Comissão de Desenvolvimento Urbano e liderou o PCdoB. No Senado, já atuou como vice-presidente da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo, relator da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs e vice-líder do bloco de Apoio ao Governo. Também exerceu o cargo de 3º vice-presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

**PSol - MARINOR BRITO (PA)**

Senadora, 1º mandato, professora. Marinor estréia no Senado com a experiência de dirigente sindical na área de educação e de ter exercido três mandatos de vereadora do município de Belém. Na vereança, as prioridades de Marinor sempre foram a defesa de melhorias urbanas para áreas periféricas de Belém, de incentivos à produção artística e cultural em suas várias modalidades, e dos direitos humanos, em especial os das crianças e adolescentes. Ela presidiu a CPI de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes da Câmara Municipal de Belém e colaborou com os recentes debates da CPI(s) da pedofilia, da Assembléia Legislativa do Pará e do Senado. Ao assumir a Liderança do Psol no Senado, pretende atuar com foco na igualdade social e inclusão do povo da Amazônia e também no combate à corrupção.

**PMN - SÉRGIO PETECÃO (AC)**

Senador, 1º mandato, empresário. A trajetória de Petecão na política está diretamente relacionada à história do PMN no Acre. Ele é um dos fundadores do partido no estado. O primeiro mandato de Petecão foi conquistado em 1994, quando ele se elegeu deputado estadual. Em 1998, se reelegeu deputado estadual, assumindo a presidência da Assembléia Legislativa. O parlamentar ainda exerceu mais um mandato na Assembléia, antes de partir para eleição de deputado federal em 2006. Na Câmara, já estreou com a responsabilidade de liderar o partido, foi 1º vice-presidente da Comissão da Amazônia e integrou a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e a CPI da Energia Elétrica. Eleito senador na eleição de 2010, é o único representante do partido na Casa.

**PPS - ITAMAR FRANCO (MG)**

Senador, 3º mandato, engenheiro civil. Um dos políticos mais experientes do País, já exerceu vários cargos, inclusive o de senador da República. O ingresso na vida pública ocorreu

com a eleição para a Prefeitura de Juiz de Fora. Depois de dois mandatos no município, Itamar foi eleito a primeira vez para o Senado Federal e reeleito na legislatura subsequente. Naquele período, foi um ativo defensor da campanha das Diretas já! Concorreu à vice-presidência na chapa de Fernando Collor, assumindo a Presidência da República com o impeachment do titular em 1992. Foi na gestão de Itamar Franco que o Plano Real entrou em vigor no Brasil, anunciado pelo então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso. Depois que deixou a Presidência, foi embaixador brasileiro em Portugal, embaixador brasileiro junto à Organização dos Estados Americanos (OEA) em Washington, Estados Unidos, e, mais recentemente, embaixador brasileiro na Itália. O político também governou Minas Gerais entre os anos de 1999 a 2003 e foi conselheiro do Banco de Desenvolvimento do Estado. Retorna ao Senado para o exercício do terceiro mandato como líder da bancada do PPS, partido a que se filiou em 2009.

**PRB - MARCELO CRIVELLA (RJ)**

Senador, 2º mandato, engenheiro, escritor e cantor gospel. Sobrinho do líder religioso Edir Macedo, Crivella é bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Durante o primeiro mandato no Senado, disputou três eleições, mas não logrou êxito: ao governo do estado do Rio em 2006 e à Prefeitura da capital em 2004 e 2008. Na atuação como senador, acumula funções como vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, vice-presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e vice-presidente da Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência. Também já exerceu o cargo de vice-líder do bloco de apoio ao Governo na Casa.

**PSC - EDUARDO AMORIM (SE)**

Senador, 1º mandato, médico e advogado. Único representante do PSC no Senado, é o presidente do partido no Estado de Sergipe. Ingressou na vida pública como secretário de estado da Saúde. Depois de dois anos no cargo e com grande aceitação popular, seu primeiro mandato eletivo foi conquistado em 2006, quando se elegeu deputado federal. Na Câmara, foi presidente da Comissão de Legislação Participativa e primeiro vice-presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. No Senado, pretende priorizar o aperfeiçoamento da saúde pública, além de temas como as reformas política e tributária.

**PV - PAULO DAVIM (RN)**

Senador, 1º mandato, médico. Com vocação para a vida pública, militou no movimento estudantil. Também participou do movimento sindical com atuação no Sindicato dos Médicos, na Associação Médica do Estado e também na Associação Brasileira. Fundou e presidiu a Sociedade Norte-rio-grandense de Terapia Intensiva. Ingressou na política como deputado estadual, tendo exercido dois mandatos na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte. Suplente de Garibaldi Alves Filho, assumiu o mandato com o afastamento do titular empossado ministro da Previdência Social.

# Reforma política: o que mudaria com o 'Distritão' ou fim das coligações

Antônio Augusto de Queiroz\*

**S**empre que um novo governo assume e o Congresso inicia nova Legislatura, o tema da reforma política ganha destaque no debate e na agenda dos poderes Legislativo e Executivo e também na mídia e na sociedade civil.

O tema é recorrente e já há consenso na sociedade e no Parlamento em relação à necessidade e até a urgência de uma reforma política, mas nenhum acordo a respeito do melhor desenho para os sistemas eleitoral e partidário.

O DIAP, para contribuir com o debate, fez duas simulações com os resultados da eleição para a Câmara em 2010 para mostrar como ficariam as bancadas dos partidos caso não tivesse havido coligação ou tivesse sido adotado o Distritão, a proposta que torna a eleição para a Câmara majoritária. Isto é, seriam eleitos os mais votados.

A diferença entre o sistema proporcional, com ou sem coligação, e o majoritário, (o Distritão), é que na eleição proporcional as vagas são distribuídas de acordo com o quociente eleitoral (divisão do número de votos do partido ou coligação pelo número de vagas do estado na Câmara Federal), cabendo ao partido tantas vagas quantas vezes atingir o quociente eleitoral, enquanto no sistema majoritário são considerados eleitos os mais votados, em ordem decrescente, até o limite de vagas.

A simulação, expressa na tabela abaixo, compara o resultado da eleição, com coligação, como aconteceu; com o sistema proporcional sem coligação; e com o Distritão. Os principais beneficiários nas duas alternativas são os três maiores partidos: PT, PMDB e PSDB.

Entre os partidos médios, PP, PR, PSB e PDT perderiam nos dois cenários; o DEM ganharia com o Distritão e perderia com o fim das coligações, e o PTB empataria no Distritão e perderia com o fim das coligações.

SIMULAÇÃO DE SISTEMAS ELEITORAIS			
Siglas	Atual Proporcional	Distritão	Sem coligação
PT	88	91	108
PMDB	78	88	109
PSDB	53	65	65
PP	44	41	37
DEM	43	50	39
PR	40	35	37
PSB	34	29	30
PDT	26	22	24
PTB	22	22	14
PSC	17	17	11
PCdoB	15	14	10
PV	14	8	15
PPS	12	12	7
PRB	8	8	3
PMN	4	4	0
PTdoB	4	1	1
PSol	3	4	3
PHS	2	0	0
PRP	2	0	0
PRTB	2	1	0
PSL	1	0	0
PTC	1	1	0
Total	513	513	513

Fonte: TSE

Para os pequenos partidos, com menos de 20 deputados, o fim das coligações ou a adoção do Distritão também seria ruim. O PSC, o PPS e o PRB perderiam com o fim das coligações e empataria com o Distritão, enquanto o PCdoB perderia nas duas hipóteses e o PV perderia com o Distritão, mas ganharia com o fim das coligações.

Já entre os partidos muito pequenos, ou nanicos, como são conhecidos os partidos com menos de cinco parlamentares, ninguém ganharia com o fim das coligações. Perderiam nas duas hipóteses: o PTdoB, o PHS, o PRB, o PRB e o PSL. Ganharia com o Distritão apenas o PSol. O PTC empataria. Ficariam sem representação na Câmara, nas duas hipóteses, o PHS, o PRB e o PSL.

Os atores políticos e sociais, interessados na reforma política, com a simulação consolidada na tabela acima,

já têm uma idéia de quem ganharia ou perderia com o fim das coligações e com a adoção do Distritão.

Para outras hipóteses, entre as quais o voto distrital, puro ou misto, ou a lista fechada e bloqueada no sistema proporcional, não seria possível uma simulação com base nos dados da eleição de 2010.

O debate está aberto e deve analisar todas as hipóteses que contribuam para: 1) dar consistência ideológica e programática aos partidos, 2) combater a corrupção, e 3) promover a equidade na disputa eleitoral. Este é o desafio do novo Congresso.

(\*) *Jornalista, analista político, diretor de Documentação do Diap e autor dos livros "Por dentro do processo decisório - como se fazem as leis" e "Por dentro do governo - como funciona a máquina pública"*



# Movimento sindical: o que esperar do governo Dilma

*Antônio Augusto de Queiroz\**

O movimento sindical, especialmente as centrais sindicais, passará por um grande teste no governo da presidente Dilma Rousseff, tanto na forma de relacionamento, que tende a ser mais formal e institucional, quanto no tratamento a ser dado aos trabalhadores do setor privado e da área pública, com maiores problemas em relação a estes.

A forma de relacionamento, ainda que as instâncias de participação e canais de diálogos permaneçam abertas e a Secretaria-Geral da Presidência da República continue como principal interlocutora dos movimentos sociais, inclusive o sindical, será diferente em vários aspectos da praticada durante o governo Lula.

O primeiro aspecto a registrar é que o acesso à presidente da República será bem menos freqüente e mais formal do que foi no governo Lula.

O segundo ponto a chamar a atenção é que os pleitos terão que ser muito bem fundamentados, tanto no que diz respeito aos aspectos sociais, quanto econômicos e orçamentários.

O terceiro aspecto é que os debates e negociações com vistas à formulação de políticas públicas no mundo do trabalho (setor público e privado) serão sempre mediados pelo Parlamento ou pela Secretaria-Geral da Presidência da República, o órgão encarregado da interlocução com os movimentos sociais.

Quanto aos trabalhadores do setor privado, o cenário é de relativa tranquilidade, seja porque a economia tende a continuar crescendo e gerando emprego, seja porque não existe no horizonte qualquer risco de retrocesso nas relações de trabalho, como supressão ou flexibilização de direitos. Até mesmo na questão da previdência, se houver reforma, será para as próximas gerações, para trabalhadores ou servidores públicos que ingressarem no mercado de trabalho após a alteração constitucional.

A tendência é que o governo, ainda que parcialmente, atenda ou apóie algumas reivindicações dos trabalhadores do setor privado, como a amenização do fa-

tor previdenciário, a constitucionalização da licença-maternidade de seis meses, a punição exemplar de empregadores que praticam trabalho escravo ou análogo, a ampliação da estabilidade do dirigente sindical, entre outros.

O exemplo do salário mínimo fugiu à regra geral. O governo, que já tinha um acordo assinado com as centrais sindicais sobre o tema, preferiu não reabrir as negociações e utilizar aquela votação como efeito de demonstração, passando para a sociedade e o mercado a percepção de unidade e controle sobre sua base política e parlamentar.

Poderá, igualmente, ser classificado como exceção à regra também o caso de correção da tabela do imposto de renda, que o governo parece disposto a fixar por medida provisória, no percentual de 4,5%. A alegação é que já teria sido negociada a correção, mas o percentual seria igual à meta de inflação. As centrais, naturalmente, podem e devem contestar esse suposto acerto, até porque defendem outro percentual de correção.

Já em relação aos servidores federais dos três poderes, mesmo mantida a mesa permanente de negociação, o potencial de conflito é enorme, por força do ajuste e do choque de gestão em curso na Administração Pública.

O primeiro ponto potencial de conflito está relacionado com a não previsão de reajuste no salário dos servidores em 2011. Só haverá atualização para aqueles que já têm lei aprovada com parcela a receber ou aqueles cujos projetos prevendo algum tipo de benefício tenham sido enviados ao Congresso até 31 de agosto de 2010.

O segundo ponto potencial de conflitos diz respeito aos cortes setoriais a serem anunciados brevemente, da ordem de R\$ 50 bilhões, com a definição das áreas e setores que serão afetados. Isso poderá levar à suspensão de concursos e até adiamento da admissão de pessoas já concursadas.

O terceiro ponto potencial de conflito será a eventual prioridade do governo aos projetos elaborados e enviados ao Congresso durante o PAC-1, como o

PLP 1/07, que restringe a despesa com pessoal; o PL 1.992/07, que trata da previdência complementar do servidor; e o PLP 92/07, sobre fundações estatais.

Se, eventualmente, for incluído entre as prioridades do Poder Executivo o projeto que autoriza a dispensa por insuficiência de desempenho na União, estados e municípios, o PLP 248/98, a guerra entre servidores e governo estará instalada.

É verdade que existem outros pontos de interesse dos servidores, como a regulamentação da negociação coletiva, o direito de greve, a instituição da aposentadoria especial do servidor ou até a revisão de critérios para aposentadoria por invalidez, mas que dificilmente compensarão o desgaste da eventual aprovação dos projetos listados nos parágrafos anteriores.

Alguém pode imaginar que em todo início de governo sempre há anúncios de cortes e contenção de despesas, assim como proposta de mudanças na gestão, mas nunca são levados a efeito. Podem pegar como exemplo o governo Lula, que fez uma dura reforma da Previdência, mas depois fez grandes concessões aos servidores.

Não nos iludamos. O governo Dilma não será igual ao governo Lula nas questões de gestão nem na relação com os servidores. O ex-presidente só recebeu apoio de modo incondicional dos movimentos sociais, na crise de 2005, o que o motivou a mudar sua política em relação a muitos campos, inclusive em relação aos servidores públicos.

Se o movimento sindical não criar canais de interlocução e der força aos integrantes do governo que defendam os servidores nas disputas internas, a relação entre servidores e governo será muito hostil, especialmente se os projetos elaborados no PAC-1 sobre as categorias forem incluídos entre as prioridades legislativas do governo.

*(\*) Jornalista, analista político, diretor de Documentação do Diãp e autor dos livros "Por dentro do processo decisório - como se fazem as leis e "Por dentro do Governo - como funciona a máquina pública"*